



Febrero 2018 - ISSN: 1696-8352

FATORES SOCIOECONÔMICOS DETERMINANTES NA PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Vanessa Piovesan Rossato¹
Nelson Guilherme Machado Pinto²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Vanessa Piovesan Rossato y Nelson Guilherme Machado Pinto (2018): "Fatores socioeconômicos determinantes na propensão ao endividamento em uma instituição de ensino superior", Revista *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, (febrero 2018). En línea: <http://www.eumed.net/2/rev/oel/2018/02/endividamento-ensino-superior.html>

Resumo: Compreender as variáveis que são facilitadoras do endividamento das pessoas é de fundamental relevância em um ambiente que são muitos os componentes que interferem na obtenção das dívidas. Diante disso, o objetivo do trabalho é identificar as variáveis de perfil na propensão ao endividamento das pessoas. Para tanto, foram coletados em torno de 720 questionários aplicados nos indivíduos da Universidade Federal de Santa Maria, *campus* Palmeira das Missões. Para análise dos dados, utilizou-se a estatística descritiva relacionando o perfil dos entrevistados com o nível de endividamento e educação financeira. Os principais resultados mostram que as mulheres são mais propensas ao endividamento e que as pessoas com filhos são mais tendentes as dívidas, quanto ao estado civil identificou-se que os casados são mais propensos ao risco.

Palavras chave: endividamento, variáveis de perfil, ciclo familiar.

DETERMINING SOCIOECONOMIC FACTORS IN THE PROPERTY OF THE DEBT IN AN INSTITUTION OF HIGHER EDUCATION

Abstract: The objective of the study was to identify the financial behavior of the students of da Universidade Federal de Santa Maria – campus Palmeira das Missões, evaluating the main reasons for people's debts, materialism scale and propensity to debt, applying a survey with 160 students from this institution. Frequency analysis techniques and mean difference tests were used. The mean differences pointed to different meanings of propensity to indebtedness by gender, age, marital status, children and income. The results were significant in relation to the debt profile due to lack of planning, high propensity to consumption, lack of cash discount, name loan and access to credit. The procedures pointed out that the interviewees spend less than or equal to the income they receive, have debts, but are not late and are more cautious when investing.

Keywords: Indebtedness, Behavioral Finance, Family cycle.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista de Iniciação Científica do Fundo de Incentivo a Pesquisa (FIPE). E-mail: vanessapiovesan@yahoo.com.br

² Professor Adjunto do Departamento de Administração UFSM, professor do Programa de Pós-Graduação em Organizações Públicas da UFSM e Doutor em Administração pela UFSM. E-mail: nelguimachado@hotmail.com.

FACTORES SOCIOECONÓMICOS DETERMINANTES EN LA PROPENSIÓN AL DIVISIÓN EN UNA INSTITUCIÓN DE ENSEÑANZA SUPERIOR

Resumen: Comprender las variables que son facilitadoras del endeudamiento de las personas es de fundamental relevancia en un ambiente que son muchos los componentes que interfieren en la obtención de las deudas. Por lo tanto, el objetivo del trabajo es identificar las variables de perfil en la propensión al endeudamiento de las personas. Para ello, fueron recolectados alrededor de 720 cuestionarios aplicados en los individuos de la Universidad Federal de Santa María, campus Palmeira de las Misiones. Para el análisis de los datos, se utilizó la estadística descriptiva relacionando el perfil de los entrevistados con el nivel de endeudamiento y educación financiera. Los principales resultados muestran que las mujeres son más propensas al endeudamiento y que las personas con hijos son más tendentes a las deudas, en cuanto al estado civil se ha identificado que los casados son más propensos al riesgo.

Palabras clave: endeudamiento, variables de perfil, ciclo familiar.

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto recente, percebe-se a crescente proliferação do consumo em demasia dos bens e serviços. Esse aspecto é justificado à medida que, o sistema capitalista, induz as pessoas a adquirirem cada vez mais produtos e serviços, uma vez que as mídias possuem como aliado o marketing e juntos fazem uma publicidade enfatizando os bens como status, aceitação, prazer e conseqüentemente levam o indivíduo crer que com a aquisição desses materiais alcançarão a felicidade plena. Assim, as pessoas de certo modo, sentem-se forçadas a comprar por medo da exclusão e acreditam que a concretização da compra lhes trará felicidade, porém, essa aquisição excedente pode levar o indivíduo ao endividamento, não trazendo implicações somente para o indivíduo, mas para toda economia de um país (AVELAR, 2014).

Assim, ao presenciar um cenário em que o acesso de informações propicia as pessoas um conhecimento mais elevado em várias questões, nota-se que ao restringir o assunto para a temática do consumismo em demasia muitas pessoas acabam comprometendo parcela significativa de suas rendas, podendo ocasionar a inadimplência em que o indivíduo não consegue pagar com suas contas nos prazos estabelecidos.

Partindo disso, são procurados fatores que possam explicar a ampliação do endividamento conjuntamente com suas conseqüências para que seus impactos possam ser minimizados.

Diante disso, o objetivo do estudo é identificar as variáveis de perfil na propensão ao endividamento das pessoas. Dentre as contribuições da pesquisa verifica-se um maior entendimento dos fatores mais determinantes do endividamento, relacionado primordialmente ao perfil, identificando os grupos de pessoas mais propensas a possuir dívidas.

O presente estudo está fragmentado em cinco etapas. Além desta introdução, decorre-se o referencial teórico, abordando o endividamento e as finanças comportamentais. Em seguida, apresenta-se o método, enfatizando os procedimentos utilizados para a concretização do estudo. A análise dos resultados encontra-se na quarta seção, explanando as análises de

frequência das variáveis com os conjuntos nível de endividamento e educação financeira. Após, encontra-se as considerações finais, enfatizando os principais tópicos salientados no estudo, além das limitações e sugestões de pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O uso do cartão de crédito é um dos fatores de propensão ao endividamento que mais se destaca no âmbito atual, já que é por meio deste recurso que as pessoas podem adquirir bens sem a necessidade de desembolsar o valor monetário no momento da compra. Contudo, muitas pessoas perdem o controle neste tipo de situação e não sabem ao certo quanto de dinheiro foi dispensado nestas aquisições. Verifica-se que o uso em demasia deste recurso causa desarmonia cognitiva, em razão de os consumidores não sentirem no bolso o preço de pagar a vista suas aquisições, posto que a fatura do cartão é realizada após semanas da efetivação da compra (RIBEIRO *et al.*, 2009).

Os autores Marques e Frade (2003) destacam que mesmo conseguindo pagar os compromissos financeiros assumidos, o fazem com uma série de dificuldades. Eles ainda dão ênfase que esse fato pode restringir a família a uma série de limitações, no que diz respeito, a execução de algumas atividades que anteriormente eram rotineiras, tais como, diversas reduções de despesas no seio familiar, pois com o novo cotidiano, os gastos devem ser destinados apenas para necessidades básicas da família.

Evidencia-se- que o aspecto do sobre endividamento pode ocorrer de maneira passiva ou ativa. O primeiro segmento é quando o endividado não colaborou diretamente para tal situação, visto que foram situações que não estão no controle do indivíduo que corroboraram para tal cenário, como, por exemplo, desemprego, demissões e doenças. (CAMPARA *et al.*, 2015). Este tipo de endividamento afeta diretamente o indivíduo, à medida que ocorre um aumento significativo das despesas das pessoas, uma vez que ela não estava preparada para enfrentar tal situação. Todavia, o segundo componente de sobre endividamento é quando o indivíduo possui consciência dos seus atos e contrai dívidas por falta de um planejamento financeiro, além de possuir um total despreparo com o controle das entradas e saídas do dinheiro (MARQUES; FRADE, 2003).

Os mesmos autores destacam que o sobre endividamento ativo é decorrente de uma imaturidade financeira dos indivíduos que ocasiona uma série de restrições para o indivíduo e consequentemente para o seio familiar. Por conseguinte, ratifica-se que o sobre endividamento é ativo quando as pessoas contribuem ativamente para tal situação e passivo, quando procede de aspectos que não são dependentes do endividado. (AVELAR, 2014). Nessa mesma perspectiva, Brusky e Magalhães (2007), confirmam que a não efetivação do pagamento de uma dívida não pode ser considerada sobre endividamento, visto que é apenas uma fase, sendo necessário o tratamento de inadimplência.

Aponta-se que as empresas assumem papel relevante no endividamento dos indivíduos, à proporção que elas tiram proveito do conhecimento limitado de muitas pessoas no

que diz respeito às finanças pessoais. Dessa forma, é possível inferir que nas empresas rege o princípio da maximização do lucro, vender em demasia, no entanto, muitos clientes por falta de informação não sabem das altas taxas de juros e não possuem esclarecimento da empresa, pois a mesma utiliza-se, muitas vezes, do conhecimento delimitado de muitas pessoas para elaborar táticas de venda, valendo-se dos exacerbados juros do Brasil (REIS; MATSUMOTO; BARRETO, 2013).

No cenário atual de instabilidade financeira, os juros elevados nos cartões de crédito são uma alternativa de ganho, uma vez que pela fragilidade econômica, muitas pessoas são inadimplentes e para compensar esse fato eleva-se os juros das pessoas que apesar de dificuldades, ainda conseguem pagar, como tentativa de equilíbrio, ou seja, conseguir vantagens das pessoas que embora com dificuldades, pagam as contas sob o peso dos impostos. Assim, tenta-se obter vantagens desses indivíduos, uma vez que várias pessoas padecem e não conseguem efetuar os compromissos financeiros (IVO *et al.*, 2015).

Na pesquisa de Trindade (2009), em que foi realizado um estudo com mais de 2500 mulheres, foi evidenciado que as causas de propensão ao endividamento não são apenas financeiras e racionais, mas também fatores de ordem psicológica e cultural. De acordo com esse entendimento, evidências mostram que o endividamento não pode ser considerado de forma isolada, uma vez que é subordinado a tantos aspectos como idade, gênero, renda, estado civil, entre outros.

Dessa forma, Ribeiro *et al.* (2009) exemplifica, que entender os fatores comportamentais, cognitivos e emocionais que direcionam o pensamento de decisão do indivíduo é um exercício árduo, visto que são razões repletas de sentimentalismo e subjetividade. No entanto, o mesmo autor destaca que por mais que não seja uma tarefa fácil, é necessária uma interpretação e análise detalhadas, pois são peças chaves para a justificativa de determinadas decisões tomadas pelos consumidores.

No que concerne à renda dos indivíduos, esta já vem sendo considerada desde os primórdios do eixo das finanças comportamentais. A tendência que vai de acordo com vários estudos afirma que quanto menor a renda de uma pessoa, maior será a sua propensão ao endividamento. No entanto, essa hipótese não é regra, uma vez que já foram concretizadas pesquisas que abordaram pessoas numa faixa salarial de até três salários, demonstrando altos níveis de endividamento. A partir disso, infere-se que o esperado do quesito renda é que as pessoas com renda estável possuem maior predisposição de planejar sua vida financeira (VIERA *et al.*, 2016).

Ao retratar sobre os aspectos demográficos, elas são fornecedoras de grande informação para se fundamentar relações com o endividamento. A partir disso, considera-se como alicerce de estudo a pesquisa efetuada por Ponchio e Aranha (2006), em que foi diagnosticado que as mulheres são mais propensas ao endividamento do que os homens.

Um trabalho de destaque em relação aos fatores de propensão ao endividamento é o estudo de Ponchio e Aranha (2006), o qual identificou a relação do assunto ao gênero, idade e escolaridade dos pesquisados. Como principais resultados, a pesquisa apontou que as

mulheres têm uma atitude mais favorável que os homens ao endividamento; que as pessoas mais velhas apresentam uma menor probabilidade de assumir dívidas em relação aos mais novos e que, quanto menor for o nível de escolaridade do indivíduo, maior será sua tendência ao endividamento.

3 MÉTODO

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva, relatando característica de determinada população. Diante desse parecer, esse método busca relatar as características das pessoas componentes da amostra, buscando primordialmente compreender os comportamentos dos indivíduos, avaliando quais grupos de pessoas são mais propensos ao risco. Além disso, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos conceitos de periódicos para a construção de ideias que deem embasamento para a temática do endividamento.

No que diz respeito a abordagem, a pesquisa mostra-se quantitativa, visto que utilizou-se de procedimentos estatísticos para sua construção, fornecendo dados mais precisos.

A população objeto de estudo compreende alunos, servidores, terceirizados, professores e empresários da Universidade Federal de Santa Maria- campus Palmeira das Missões, distribuídos entre a amostra em torno de 720 respondentes. O instrumento de coleta de dados foi um questionário adaptado do modelo de Moura (2005) no qual tinha como propósito identificar o nível de endividamento, educação financeira, e perfil dos questionados. Para fins de validação, o questionário passou por um pré- teste, além da avaliação de dois especialistas, a fim de contribuições. Após isso, iniciaram-se as aplicações.

Referente a coleta de dados, o processo se deu no intervalo dos meses de junho e setembro de 2017, sendo que o processo de tabulação foi condizente nesse período. Para fins de análise utilizou-se o software Excel a fim de construir as relações entre as variáveis com cálculos de frequência.

Em conformidade com o exposto, como o questionário foi aplicado diretamente nas população alvo de estudo, os dados caracterizam-se de fonte primária. De acordo com Joseph Junior et al (2005) os dados primários contemplam aspectos relacionados a transformação destes dados em conhecimento, sendo o pesquisador envolvidos nestes. Este conceito inclui desde a criação do instrumento de coleta de dados, a efetiva coleta destes, a codificação até a análise e interpretação dos dados.

Como forma de avaliação dos resultados, utilizou-se a estatística descritiva, correlacionando as variáveis de perfil, que dizem respeito ao gênero, idade, estado civil, moradia, filhos, escolaridade e renda com as questões condizentes ao nível de endividamento e educação financeira.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira questão do questionário trata sobre a existência de dívidas dos respondentes. Verifica-se que apesar da pouca diferença de frequência, os questionados em sua maioria são possuidores de contas a pagar com 51,33%. Destaca-se ainda, que os atores principais desse percentual são as mulheres com cerca de 40% da amostra. A responsabilidade dessas dívidas são em maior parte devido ao crediário com 30,53%, financiamento móvel e imóvel, além do cartão de crédito. Em concordância com Vieira *et al* (2015) as mulheres possuem maior propensão as dívidas pelo cartão de crédito, muitas vezes deixando de honrar com os compromissos financeiros nas datas estabelecidas.

Cabe destacar que mesmo a maioria dos respondentes possuírem dívidas, apenas 10,13% estão em atraso. Isso evidencia que em grande parte as pessoas cumprem com seus compromissos financeiros nos prazos estipulados. Todavia, cabe aqui uma ressalva, uma vez que esses 10,13% restantes que não conseguem honrar com os compromissos nas datas estabelecidas já são inadimplentes, por isso merecem uma atenção maior, posto que um descontrole nessa situação pode ocasionar o sobre endividamento. De acordo com Marques e Frade (2004), a inadimplência se dá a partir do momento em que um indivíduo deixa de honrar com as responsabilidades financeiras nos períodos acordados, e quando compromete o orçamento da família, incorre o sobre endividamento. Chama-se a atenção, pelo fato de, além das mulheres serem as responsáveis pela maior porcentagem das dívidas, elas ocupam a maior parcela de não pagamento nos prazos estabelecidos com 6,75%.

Observando a frequência em que as pessoas conseguem poupar relacionado com o gênero dos entrevistados, verifica-se que o percentual com maior destaque foi o de “algumas vezes” pela representatividade de 34,91%, seguidos da regularidade “raramente” com 24,32%. Apesar do menor percentual ser das pessoas que nunca conseguem poupar com 8,87%, comprova-se o hábito de guardar dinheiro do público selecionado para a amostra não é satisfatório. Entretanto, essas atitudes são justificadas devido a muitos entrevistados serem estudantes, não dispondo de recursos financeiros para poupar, já que geralmente dependem de ajuda financeira dos responsáveis, resultando no orçamento restrito. Identifica-se que em todas as frequências de poupança, seja elas de nunca poupar, como poupar sempre e seus intermediários, as respondentes ficam no topo em relação aos homens em todas elas, diagnosticando que comportamento das mulheres é bastante oscilante.

Percebe-se que referente ao comprometimento das dívidas com orçamento, os vestígios achados, mostram que embora o maior percentual de respondentes apresente dívidas, elas encontram-se num patamar de risco brando, uma vez que seu envolvimento cobre em torno de 25% da renda. Corrobora-se que apesar das pendências financeiras, não estarem em uma situação de risco, é importante ter atenção, visto que um descontrole desses encargos pode resultar no sobre endividamento. Considera-se que o sobre endividamento compromete mais de 75% da renda.

No que tange a quantidade de risco que as pessoas desejam assumir, identifica-se que a maior parte dos indivíduos não desejam assumir nenhum tipo de risco financeiro com o percentual de 46,47%. Com essa postura, ressalta-se que as pessoas são prudentes e mais

cautelosas no que se refere a esse aspecto. Dos 5,51% dos indivíduos que se dispõem a assumir possíveis perdas, 3,11% são homens. A partir disso, considera-se que as mulheres apesar de mais endividadas, apresentam um comportamento mais cauteloso à medida que são mais receosas ao fazer grandes investimentos.

Condizente com o conhecimento que as pessoas sentem ao gerenciar o próprio dinheiro revelou-se uma perspectiva mediana, uma vez que 34,79% assinalaram tal opção, da mesma forma sobre responsabilidade das mulheres. Essa informação implica em um conhecimento parcial dos indagados, evidenciando que poderiam ser ofertados meios que instruem o público para um direcionamento mais amplo no que concerne o conhecimento financeiro.

Seguindo nessa discussão, foi verificado que as pessoas adquirem grande parte dos conhecimentos para gerenciar seus próprios ativos por meio do ambiente familiar em que a significância foi de 46,12%. Adentrando-se nesse quesito, indicações mostraram que a maior responsabilidade dessa percentual é das mulheres, perfazendo um peso de 34,13%. Além disso, em segunda estância, estão as pessoas que tomam conhecimento em razão da própria experiência com 31,45% novamente com peso maior das mulheres. Os homens apresentaram maior resultado no conhecimento com os amigos, sendo que dos 1,55% que assinalaram esse meio, 0,85% são homens.

Uma das questões do questionário baseava-se na hipótese da existência de recursos, indagando qual o meio de resgate o entrevistado optaria. Nota-se que o público da amostra é cauteloso nesse procedimento, já que 43,66% aplicariam na poupança. Revela-se que o único meio de maior participação de resultado dos homens, equivale às ações, concluindo que os respondentes do sexo masculino são mais propensos a investir em métodos mais audaciosos, visto que pode causar perdas financeiras.

A respeito da questão que buscou avaliar, o grau de conhecimento acerca do valor do dinheiro no decorrer do tempo, repara-se que o resultado foi satisfatório, pois 73,08% do público alvo da pesquisa assinalou a assertiva exata. Mostra-se ainda que fração significativa desse percentual é de importância das mulheres com 46,72%. A última questão, condizente ao nível de educação financeira, trata da futura aposentadoria dos entrevistados. Dessa forma, o fator de maior representatividade consiste nos respondentes indicarem não se preocupar com isso ainda, cuja maior responsabilidade desse percentual deve-se ao gênero feminino.

Embasado no explicitado até o presente momento, identifica-se que as mulheres possuíram predominância em várias questões. Uma justificativa para isso se deve ao fato da maioria dos respondentes ser do gênero feminino, corroborando os resultados. Assim, os homens assumiram papel de destaque em questões que realmente sobressaíam, como a percepção ao risco, em que detém de um comportamento mais arriscado ao investir em algo, comparado com o gênero feminino.

A próxima correlação aborda os níveis de endividamento e educação financeira dos respondentes acerca da idade dos mesmos. Constata-se que os respondentes com faixa etária de até vinte anos são menos propensos a apresentar dívidas, visto que dos 39,01 %

pertencentes a essa idade, 26,76% declararam a inexistência de pendências financeiras. Por sua vez, as pessoas com mais dívidas concentram-se nos indivíduos de vinte e um a trinta anos com 27,18%. Nota-se que o tipo de dívida que mais se sobressai consiste pelo crediário de lojas e mercado. Do mesmo modo, as respondentes com faixa etária de vinte e um a trinta anos são os protagonistas pelas dívidas em atraso.

Agrupando as idades, verificou-se que indivíduos com até trinta anos dispõem de uma atitude mais arriscada no que se refere ao controle dos gastos, sendo a fração mais representativa dessa população, consome na mesma dimensão que recebe. Esse fato mostra uma situação de alerta, uma vez que passando a consumir além do que recebem, podem tornar-se inadimplentes, posto que não terão os recursos para quitação das dívidas nos prazos estabelecidos.

No que tange a frequência de poupança, os resultados obtidos mostraram que ao juntar as idades das pessoas com até cinquenta anos, ocorre à regularidade de economia de “algumas vezes”. Já ao referir-se aos indivíduos com mais de cinquenta e um anos, indícios comprovaram que raramente conseguem poupar. Ao avaliar as dívidas com o comprometimento do orçamento, identificou-se um contraste, a razão que tanto pessoas com até vinte anos como indivíduos com mais de cinquenta anos apresentaram seus percentuais superiores na inexistência de dívidas. Nas faixas intermediárias dessa idade, constatou-se que as contas a pagar representam 25% de comprometimento do orçamento. De acordo com o risco que as pessoas desejam assumir, foi unânime o maior percentual em todas as idades das pessoas que não desejam contrair nenhum tipo de risco financeiro.

Ao tratar da própria segurança referente ao gerenciamento do dinheiro, considera-se que indivíduos com até quarenta anos, possuem uma autoconfiança de aspecto mediano. Após quarenta e um anos, há vestígios pelos resultados obtidos que o conhecimento é maior, pois esses últimos respondentes revelaram conhecer sobre a maioria dos tópicos acerca do assunto financeiro. Avaliando as diferenças de idades com o meio que receberam maior instrução para conhecimento do dinheiro, repara-se que as pessoas com até trinta anos conquistam conhecimento através da família, enquanto que indivíduos com mais de trinta anos, conseguiram esse tipo de sabedoria pela própria experiência prática.

Observando a provável atitude das pessoas se tivessem recursos para investir, vê-se que indivíduos mais jovens são mais cautelosas no que se refere ao investimento, posto que parcela significativa demonstrou interesse no investimento na poupança. Entretanto, indivíduos mais velhos, são mais propensos a arriscar, visto que empregariam seus ativos em fundos de investimento, com objetivo de rendimento razoável, mesmo com a hipótese de perdas financeiras.

Em relação à questão de múltipla escolha, verifica-se a partir dos dados obtidos que independente da idade, as pessoas em grande fração responderam coerentemente a pergunta, concluindo que nesta amostra de estudo, não há diferenças no conhecimento das pessoas de diferentes idades no valor do dinheiro no decorrer do tempo. Sobre a futura aposentadoria dos indagados, apurou-se que as pessoas mais novas não se preocuparam com essa questão até

o presente momento, já as faixas etárias superiores mostram que as pessoas já fazem um plano de previdência própria. Essa questão pode ser justificada, à razão que componentes significativos da amostra não iniciaram uma vida profissional ativa, muitas vezes sem recursos monetários próprios o que comprova o não pensamento nessa questão.

A partir desse momento, serão explicitados os resultados condizentes ao nível de endividamento e grau de educação financeira, conjuntamente com perfil relacionado ao estado civil dos respondentes. Conforme já mensurado, a maior parte da amostra possui dívidas (51,33%), posto que quando analisados a responsabilidade do estado civil dentro desse percentual, foi averiguado que os solteiros possuem um peso de 31,28%, ou seja, mais da metade da importância desse quesito.

Um ponto a ser frisado, é que mesmo os solteiros sendo os protagonistas na existência de dívidas, eles assumem um comportamento mais regulado no controle dos pagamentos nas datas estabelecidas, ao passo que, dos 89,75% que pagam seus compromissos nos prazos certos, 66,57% são solteiros. No entanto, dos 10,25% que possuem dificuldades de honrar com os compromissos, 5,90% são solteiros também. Esse contraste de superioridade do mesmo estado civil nas duas dimensões da prerrogativa deve-se primordialmente ao grande número de respondentes jovens e que por sua vez grande parte são solteiros.

No que concerne o controle de gastos, indícios elucidaram que as pessoas gastam na mesma proporção que recebem, também de maior valia pelos solteiros. Esse fenômeno pode ser explicado, à medida que muitos solteiros são jovens, subordinados a receitas provenientes de seus responsáveis. A partir dessa informação, os recursos em sua maioria são escassos, diminuindo a probabilidade de sobra e em outros casos, quando ocorre um descontrole na administração das contas, sucede-se um descompasso financeiro, ocasionando no gasto maior que as receitas, provocando o endividamento. Ao analisar a frequência de poupança da amostra escolhida, constatou-se que as pessoas solteiras possuem maior peso em todas as circunstâncias, entretanto a que mais obteve destaque foi a sentença de algumas vezes, sendo que 25,86% são de importância dos indivíduos ditos solteiros.

Ainda avaliando o nível de endividamento alicerçado no estado civil, os questionados foram indagados a respeito do comprometimento das dívidas no orçamento pessoal. Com isso, os resultados obtidos mostram um parecer de até 25% no envolvimento das dívidas representado por um percentual de 23,09% de supremacia das pessoas ditas solteiras. A última questão, referida ao nível de endividamento, retrata acerca da quantidade de risco que as pessoas desejam assumir a partir do momento em que economizam. Assim, os casados são mais propensos ao risco do que os solteiros.

Nesse instante serão debatidos os aspectos do nível de endividamento e grau de educação financeira, das pessoas que possuem ou não filhos. Constata-se que maior parte dos entrevistados não possuem filhos com 84,85%. Uma possível explicação para isso deve ao fato de o maior público respondente ser estudante, sem cônjuges. Outra justificativa plausível deve-se ao fato de muitas famílias modernas optarem por não possuírem filhos. Diante desse parecer, as indicações dos resultados mostram que as pessoas que possuem dívidas são de

maior responsabilidade das pessoas com filhos. Estudos comprovam que pessoas com filhos tendem a contrair mais dívidas, pelo fato de querer dar a seus dependentes bens que não possuíram em sua infância, acarretando em níveis maiores de endividamento.

Quando questionados se as dívidas citadas estão em atraso, constatou-se que na maior parte não, entretanto ficou notório que das pessoas que possuem contas a pagar, formando um percentual de 10,14%, mais da metade são de responsabilidade dos indivíduos com filhos, (7,18%). Cabe aqui uma consideração a respeito desses dados, visto que apesar do percentual de indivíduos com dívidas em atraso ser inferior quando comparadas com as pessoas que pagam compromissos nos períodos certos, deve-se ter um estado de alerta, uma vez que a maior responsabilidade das contas em atraso são das pessoas com filhos, ou seja, elas já são inadimplentes. Com essa interpretação, alavanca-se uma situação de atenção, posto que já possuindo dívidas em atraso, essas pessoas são predispostas a serem futuros sobre endividados e como já possuem filhos, a não quitação dessas dívidas pode colocar em risco a saúde financeira da família.

Em relação a quantidade de risco que as pessoas indagadas desejam assumir referente quando fazem algum tipo de investimento, foi constatado que em maior parte os indivíduos não desejam assumir nenhum tipo de apuro financeiro com 46,25% dos pesquisados, com maior responsabilidade das pessoas sem filhos.

Ainda retratando sobre a existência ou não de filhos das pessoas, a próxima temática abordada concerne ao nível de educação financeira. Assim, adentrando-se na confiança das pessoas no que tange os conhecimentos para gerenciar o próprio dinheiro, foi diagnosticado que em maior parte elas possuem conhecimento parcial, afirmando que poderiam adquirir um conhecimento mais aprofundado e preciso a respeito do tema. Corrobora-se mais uma vez que o peso maior dessa questão consiste nas pessoas sem filhos, aliás, todas as proposições que constituíam a questão, foram de maior supremacia das pessoas sem dependentes.

Observando a questão que buscava refletir sobre o grau de conhecimento do público da pesquisa para com o valor do dinheiro no decorrer do tempo, foi identificado que 73% das pessoas assinalaram a alternativa coerente com o gabarito, sendo o maior peso das pessoas sem filhos. Considera-se também que apesar do público com filhos ser menor, o maior percentual também foi de pessoas que acertaram a questão. Isso mostra que tanto pessoas com filhos, quanto sem, possuem um nível de conhecimento satisfatório a respeito do valor do dinheiro no tempo.

Nesse momento, serão explanados os resultados obtidos acerca da moradia dos entrevistados tecendo o nível de endividamento e o grau de educação financeira dos mesmos. Desse modo, foi detectado que pessoas com residência própria, constituem as pessoas com maior percentual de dívidas, perfazendo um peso de 25% dos 51,71% que tem contas a pagar. Avaliando os residentes de moradia alugada, constatou-se que dos 38,14% que dizem morar neste tipo de estabelecimento, 21,43% não possuem dívidas. Com esses dados, afirma-se que ter moradia própria não significa a negação de existência de dívidas, já que foram as pessoas que mais se destacaram com esse comportamento. Do mesmo modo que indivíduos com

residência alugada podem possuir um controle mais rígido ao tratar-se do comportamento financeiro, uma vez que em sua maior parte não possuem dívidas.

No que concerne os indivíduos com casa financiada, dos 7,14% que dizem morar neste estabelecimento, 6% possuem dívidas. Verifica-se que esse acontecimento é esperado, uma vez que possuir residência financiada é consequência da existência de dívidas. Considera-se que houve uma falácia nos dados da pesquisa, posto que dos 1,14% que assinalaram a ausência de dívidas, já são automaticamente endividados pela razão de possuir um estabelecimento financiado.

As pessoas que residem em casa própria são mais seguras, no que tange ao conhecimento para gerenciamento do dinheiro com 16,98% da representatividade das pessoas. Em contrapartida, indivíduos com moradia própria, alugada e financiada, detêm de conhecimento parcial, avaliando que poderiam saber mais sobre a temática financeira.

A respeito, da possível aposentadoria das pessoas relacionada com a moradia, averiguou-se que indivíduos de casa própria e financiada planejam começar um plano previdenciário, já as pessoas que moram em estabelecimentos alugados, até o presente momento, nunca se preocuparam com essa questão. Esse fato é justificado em parte, pois parcela significativa dos respondentes de casa alugada são estudantes oriundos de outras cidades para estudar na instituição de ensino. Infere-se que muitos deles ainda são jovens, normalmente subordinados aos recursos provenientes de terceiros, não possuindo orçamento próprio para investir em um plano previdenciário nessa situação.

A próxima variável a ser levada em consideração para a análise refere-se ao grau de ensino dos respondentes. De acordo com o que foi abordado anteriormente, verificou-se que a maior parte dos questionados possuem dívidas. Quando essa discussão é levada para o grau de instrução do público de pesquisa, há indícios de que as classes com maior representatividade nesses aspectos são das pessoas com ensino superior incompleto, uma vez que dentre os 84,24% estudantes de ensino superior incompleto, 40,86% possuem pendências financeiras.

Observando o gerenciamento das contas referente a escolaridade, identificou-se que as pessoas com ensino superior incompleto consomem na mesma proporção que recebem com 36,56%. Já as pessoas com ensino superior incompleto e Pós-graduação tem a regularidade de gastar menos do que ganham com 6,21%. Entende-se que esse caso é explicado pelo mesmo motivo abordado acima, ou seja, os indivíduos com curso superior incompleto são geralmente alunos, que dependem de outras pessoas para manter-se financeiramente. Diante desse parecer, conclui-se que normalmente com recursos escassos não consomem mais do que ganham.

Examinando a frequência de poupança, repara-se que as pessoas com ensino médio incompleto e completo, além dos que estão em um ensino superior incompleto estão com seus percentuais mais concentrados na regularidade de “algumas vezes”. Os níveis mais elevados de escolarização pesam mais na periodicidade de “frequentemente”. Em suma, quanto mais o grau de escolarização, mais elevada é a assiduidade de poupança.

Quando indagados sobre a situação da futura aposentadoria, vestígios demonstraram que indivíduos com ensino médio completo e ensino superior incompleto, não pensaram nesse tema ainda. No que corresponde às pessoas com instrução maior, como ensino superior completo e Pós-graduação, identificou-se que seus percentuais concentram-se no fato de já efetuarem um plano de previdência próprio para a aposentadoria.

A penúltima variante analisada condizia com a ocupação dos entrevistados correlacionado com os níveis de endividamento e educação financeira. Pelos indícios dos respondentes serem em maior número estudantes, a consequência é que tanto os possuidores de dívidas, quanto aqueles que não, sejam de maior responsabilidade dos mesmos. Todavia, se for explorar a existência de dívidas isoladamente com a profissão, averigua-se que os estudantes são menos endividados, visto que dos 89,12% dos respondentes pertencentes a classe estudantil 45,75% não possuem compromissos financeiros a quitar e 43,38% detêm de pendências financeiras.

Descrevendo as demais profissões encontradas, nota-se que dos 5,58% de professores, 3,49 são possuidores de dívidas. Ao se tratar dos servidores dos 2,65% que assinalaram essa ocupação, 2,09% tem contas a pagar. Referente às pessoas de carteira assinada dos 0,56%, foi unânime a existência de dívidas. Por último, pelos 2,09% de pessoas terceirizadas 1,81% apresentam pendências financeiras. Percebeu-se que dentre os ofícios dos respondentes, não houve nenhuma profissão em que as dívidas encontrassem em uma situação de atraso, sendo todos os valores inferiores a 10% tratando-se desse aspecto.

Tratando-se do gerenciamento dos gastos, indicações mostraram que os estudantes gastam na mesma proporção que ganham. Essa situação pode ser explicada à medida que muitos alunos por não apresentarem renda fixa, necessitam de subsídios dos pais, os quais normalmente auxiliam de acordo com as necessidades básicas, portanto não havendo sobras para poupança de dinheiro. O maior percentual das pessoas que gastam menos do que ganham encontram-se nos professores, servidores e pessoas com carteira assinada. Constatou-se que por já possuírem uma renda fixa e maior do que os universitários recebem, são mais propensos a conseguir gastar menos da quantia que recebem. Sobre a frequência de poupança relativa as profissões, indícios comprovam que todas as profissões conseguem poupar na regularidade de “algumas vezes”.

No tocante ao comprometimento do orçamento avaliado com as dívidas, os resultados demonstram que as contas a pagar não comprometem tanto a saúde financeira da família, uma vez que equivalem a 25% e com maior responsabilidade dos estudantes. Acerca da confiabilidade das pessoas para gerenciar o próprio dinheiro todos os percentuais da ocupação referem-se ao conhecimento mediano das pessoas, relatando que poderiam saber mais sobre o assunto, exceto os terceirizados em que dos 2,11% das pessoas dessa profissão, 0,84 declararam saber sobre a maioria dos aspectos que compõem a temática financeira. Declara-se pelos dados que mesmo estudantes e professores têm seus percentuais concentrados no conhecimento parcial, evidenciando certa carência, afirmando que os mesmos poderiam conhecer mais sobre o assunto.

Os resultados exprimem que os estudantes, professores e pessoas com carteira assinada assimilaram sua sabedoria em gerenciar o conhecimento do dinheiro através de conversas com a família e servidores e terceirizados por meio da própria experiência prática. Ainda, a fim de pesquisar o comportamento dos respondentes atrelado ao meio que investiriam se tivessem ações, observou-se que os estudantes investiriam mais na poupança. Analisando os professores, nota-se que eles detêm de um comportamento mais audacioso, à razão que a maior parcela optou em aplicar em fundos de investimento de risco médio esperando rendimento considerável, mesmo com a hipótese de riscos. As demais profissões apresentaram unanimidade em seus percentuais ao selecionarem os bens como investimento, frisando que a segurança é a coisa mais importante.

Observando a questão de múltipla escolha identificou-se que o maior percentual de todas as profissões assinalou a alternativa correta, mostrando que independente da ocupação, os indivíduos sabem discernir o valor do dinheiro no decorrer do tempo. A última questão trata da futura aposentadoria dos indivíduos, com percentuais distintos para cada profissão. Primeiramente, ao se tratar dos universitários, fração significativa relatou não se preocupar com essa questão até o presente momento (38,14%). Esse fato é explicado pelos motivos transcritos acima, ou seja, pela razão de que muitos alunos ainda não detêm de uma renda fixa própria, são muitas vezes subordinados pelos recursos financeiros dos seus responsáveis, justificando a falta de preocupação nesse aspecto. Já os professores, em maior parte estão se programando para isso e os servidores têm planos de começar a poupar para isso.

Um dos propósitos da pesquisa era identificar se as pessoas possuíam comportamentos financeiros distintos relacionado ao curso dos entrevistados. Para tanto, esse aspecto também foi mensurado através da estatística descritiva com o perfil do curso, conjuntamente às atitudes financeiras. Salienta-se que nessa questão foram excluídos os professores, servidores e terceirizados, restringindo a questão somente para os alunos. Assim, analisando isoladamente o fato da existência de dívidas, constatou-se que apesar da mínima diferença, 50,85% dos estudantes não possuem dívidas, contrapondo o resultado geral em que 51,33% das pessoas apresentam contas a pagar. A partir disso, ao considerar a existência de dívidas, sobressaiu-se um resultado inesperado, pois a maior parcela das pessoas que possuem dívidas concentram-se nos estudantes de administração com 18,39%. Em segundo lugar, estão os estudantes de enfermagem com 10,51% do peso das dívidas.

Verificando a negação de dívidas, evidências demonstraram que alunos de administração também ocupam o topo deste ranking, à medida que 11,59% não possuem compromissos financeiros. Esse percentual vem seguido dos estudantes de Zootecnia com 10,05%, após 9,58% de representatividade dos futuros nutricionistas. Portanto, apesar dos administradores ocuparem a posição de primeiro lugar, ora na existência de dívidas, ora não, o maior peso ainda concentra-se no fato de que os alunos de administração possuem mais dívidas que os demais. Esse dado mostra que não necessariamente os estudantes de administração detenham de um comportamento mais regularizado no que concerne à existência de contas a pagar.

Ao avaliar a administração dos gastos relacionados aos custos, indicações manifestaram que os estudantes de enfermagem, gastam mais do que recebem. Esse acontecimento é uma das explicações para os alunos deste curso estarem nos primeiros patamares que retratam sobre a existência de dívidas. As demais alternativas focavam no gerenciamento dos gastos na mesma proporção que recebem e também gastos inferiores do ativo recebido sobre maior peso aos estudantes de administração. Por conseguinte, embora os alunos de administração estiverem no ápice da colocação a respeito da existência de dívidas, há vestígios de eles gastam ora na mesma razão que recebem, ora menos do que recebem, concluindo um comportamento eficiente no que tangencia o controle de gastos.

Condizente a frequência que os alunos poupam, sinais da pesquisa mostraram que os percentuais concentram-se na periodicidade de “algumas vezes”, exceto os alunos de pós graduação que possuem uma facilidade maior em economizar, visto que os pesos de suas respostas acumulam na assiduidade “frequentemente”. Ao avaliar o risco que essa classe deseja assumir, os alunos de Pós- graduação também assumiram comportamento distinto dos demais, posto que desejam assumir um risco financeiro substancial, mesmo correndo risco, enquanto que os demais cursos não possuem a perspectiva de investimento, afirmando a negação de assumir riscos.

Sobre a óptica de segurança para gerenciar os próprios ativos, houve estratificação nos resultados, pois estudantes dos cursos de Zootecnia, Enfermagem, Biologia e Nutrição, respaldam-se num conhecimento mediano acerca das questões de cunho financeiro. Os estudantes de Administração e Economia aglutinam seus percentuais afirmando saber sobre a maioria dos assuntos de que necessitam. Ao se tratar da Pós- graduação, os alunos declararam serem muito seguros, destacando conhecimentos amplos no que tange as finanças. Nota-se que um fato apresentou unanimidade no que concerne a aplicabilidade de investimentos entre os estudantes, devido os pesos de frequência estarem alicerçados no item poupança. Portanto, independente do curso, os alunos em geral são mais cautelosos nos investimentos, já que nenhum percentual obteve valor superior em ações e fundos de investimento.

Perante os resultados auferidos, mostra-se que independente do curso em que as pessoas estão fazendo, o índice de acertos acerca da questão de múltipla escolha, foi superior em todas as formações, ou seja, nenhum curso obteve maior percentual nas assertivas erradas da questão. Esse fato comprova que o conhecimento do valor do dinheiro no decorrer do tempo não é restrito apenas aos alunos de administração e economia.

Conforme visto anteriormente, os maiores responsáveis pela ausência de preocupação com a aposentadoria até o presente momento são em decorrência dos alunos. Assim, quando essa questão é restrita somente aos estudantes, nota-se que os futuros administradores, juntamente com alunos de economia e enfermagem ocupam os maiores percentuais para começar um processo de poupança para previdência. As demais representações dos cursos são superiores no quesito de que até agora não se preocuparam com essa questão.

Na dimensão acerca da frequência de poupança, constata-se que todos os cursos concentram seus percentuais na estimativa de algumas vezes, exceto os estudantes de pós graduação que poupam frequentemente. Relativo ao comprometimento das dívidas com o orçamento constata-se que estas implicam em até 25% a renda sob responsabilidade maior dos alunos de administração.

A respeito do conhecimento para gerenciar o próprio dinheiro, expõe-se que estudantes de administração e economia, apresentam boa compreensão sobre a temática financeira, afirmando saber sobre grande parte do assunto. Já os demais cursos (Zootecnia, Enfermagem, Biologia e Nutrição) destacam sabedoria parcial salientando que poderiam conhecer mais. Referente aos alunos do mestrado, os mesmos destacaram segurança total a respeito das finanças, declarando conhecimento amplo. Esse fato comprova que estudantes de curso com elo de gestão, acabam por ter um conhecimento superior as demais áreas, uma explicação plausível para isso consiste na circunstância dos alunos de administração possuírem um contato direto com o tema financeiro na sala de aula.

A última questão correlacionada com nível de endividamento e educação financeira diz respeito à renda dos entrevistados. Com base nessa informação averigua-se diversidade no que concerne a existência de dívidas das pessoas. Foi diagnosticado que pessoas com até um salário mínimo e com faixa salarial entre seis e nove não possuem dívidas, já os indivíduos de um a seis e acima de nove salários possuem. A partir disso, infere-se que a renda nesse caso não foi um fator que estratificou a existência de dívidas, uma vez que houve oscilações na renda, quando relacionada com a presença de contas a pagar. Percebe-se que pessoas com um salário inferior e indivíduos com faixa salarial elevada (seis e nove) não possuem dívidas.

No que diz respeito a regularidade em que as pessoas conseguem poupar, constatou-se que as pessoas com até seis salários mínimos tendem a gastar na mesma proporção que recebem, visto que os percentuais mais elevados concentram-se nessa questão. Com faixa salarial mais elevada, estão as pessoas que consomem menos que ganham.

Acerca da possibilidade de aplicabilidade de investimentos sobre a renda, identificou-se que independente da faixa salarial, todas estratificações de renda concentram-se na aplicação em poupança. Dessa maneira, a existência de faixas salariais superiores não indica a ousadia em investir em meios de risco. Outra questão que não apresentou diferença no que toca a renda refere-se à pergunta de múltipla escolha, visto que todas faixas salariais possuem seus percentuais mais elevados na assertiva correta.

Sobre a futura aposentadoria dos entrevistados, considera-se que houve segmentações em relação à renda deles. Diante dessa informação, pessoas com até três salários mínimos, tem interesse de começar a poupar para tal finalidade. Os indivíduos com três a seis salários possuem seus percentuais na assertiva de que não se preocuparam com isso ainda. Por fim, os respondentes com honorário superior a nove salários já fazem um plano previdenciário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito identificar a influencia das variáveis de perfil na propensão ao endividamento. Diante disso, identificou-se que a maioria dos respondentes encontra-se no gênero feminino, sendo ainda o sexo que mais contribui com a maior parcela das pessoas endividadas. Decorre-se ainda que as mulheres são as pessoas que mais pagam em atraso. Tratando-se do sexo masculino, indícios mostraram que suas atitudes são mais propensas ao risco, visto que tomam atitudes mais arriscadas ao se tratar de investimentos.

Delimitando a idade dos respondentes, verificou-se que o grupo das pessoas mais jovens são gastam na mesma proporção que recebem alienado ao aspecto de mais cautela na hora de investir. Ademais, ainda não se preocuparam com a questão da aposentadoria. Considerando as pessoas mais velhas, constatou-se maior domínio do controle financeiro, posto que gastam menos do que ganham, além de sentirem-se mais seguros na hora de investirem o dinheiro.

Estratificando o estado cível, nota-se uma controvérsia à medida que as pessoas casadas, apesar de gastarem menos do que ganham, são mais propensos ao risco. Quando avaliados as pessoas solteiras identificou-se que são mais propensos na existência de dívidas. Um fator que alcançou representatividade apesar da pouca existência de pessoas com filhos, com que a maioria deles possuem dívidas.

Um fator visto em outras pesquisas e que foi comprovado novamente nesse trabalho condiz com o nível educacional, uma vez que indivíduos com maiores instruções tendem a ter um comportamento melhor no que se refere ao condicionamento financeiro.

Referindo-se a profissão dos respondentes constata-se os estudantes gastam na mesma proporção que ganham, sendo mais cautelosos à proporção que preferem investir na poupança. Já os professores gastam menos do que ganham, no entanto possuem comportamentos mais audaciosos, posto que preferem investir em fundos de investimento ao invés de poupança.

O estudo ficou subordinado a algumas restrições, como a não generalização dos resultados, visto que o que foi obtido não pode ser ampliado para todas as realidades. Além disso, outra limitação refere-se a confiabilidade das respostas dos questionários, visto que a análise foi realizada de acordo com o exposto no instrumento de coleta de dados. Como sugestão de novos trabalhos, indica-se a utilização desse método em outras realidades, sendo necessária a aplicação do modelo em outras amostras para fins de comparação, a fim de confirmar ou refutar os dados obtidos.

Referencias

AVELAR, L. F. T.; **Valores do dinheiro e propensão ao endividamento: uma análise em estudantes de uma instituição federal de ensino superior. 2014** Dissertação (mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. S. Assessing Indebtedness: Results from Pilot Survey among Steelworkers in São Paulo. Working Paper No 46, **International Labour Office Geneva**. Geneva, n.46, 2006.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; COSTA, V. M. F; FRAGA, L. S. O Dilema dos Inadimplentes: Antecedentes e Consequentes do "nome sujo". **REMark**, v. 15, n. 1, p. 71-85, 2016.

JOSEPH JUNIOR et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. **Fundamentos do plano de pesquisa**. Porto Alegre: Bookman, 2005. cap. 2, pg. 98.

MARQUES, M. M. L.; FRADE, C. Regular o sobreendividamento. Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (Ed.), **Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

MOURA, A. G. **Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2005.

RIBEIRO, C do A.; VIEIRA, K.M.; SANTOS, J. H. A .; TRINDADE, L.M.; MALLAMANN, E. I.; Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. In: **XII SEMEAD – Seminários em Administração**, 2009.

PONCHIO, M. C.; ARANHA, F. Materialism as a predictor variable of low income consumer behavior when entering into installment plan agreements. **Journal of Consumer Behaviour**. Chichester, n.7, p.21-34, 2008.

REIS, S. V.; C.; MATSUMOTO, S.; BARRETO, A.A R. A propensão ao endividamento pessoal no Distrito Federal. **Revista de Economia e Administração**, v. 12, n. 4, p. 415-427, 2013.

TRINDADE, L. L.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S.; CAVALHEIRO, E. A. Determinantes da propensão ao endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião Centro Ocidental Rio Grandense. **Espacios (Caracas)**, v. 32, p. 18-20, 2011.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **TPA - Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2015.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007 Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

IVO, A. G. CRUZ, D. B. F.; CHINELATO, F. B.; ZIVIANE. B. A expansão do crédito no Brasil: uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 95, P. 160-174, 2016.